

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

DOCUMENTOS JURÍDICOS: EDIÇÃO E ESTUDO DO DISCURSO DOS AUTOS DE DEFLORAMENTO DE JOSEPHA ESMINA RIBEIRO E MARIA DIAS

Ivanete Martins de Jesus¹; Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz²

1. Bolsista PROBIC, Graduanda em Letras Vernáculas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: vone_dejesus@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: rcrqueiroz@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Defloração, Edição Semidiplomática, Análise do Discurso.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi realizado a partir da edição de dois documentos sobre denúncia de defloração em Feira de Santana; um lavrado em 1907, sendo réu Santos Gonçalves, acusado por ofender a honra de uma menor de quinze anos, Josepha Esmina Ribeiro, a qual fora deflorada; e o outro, da também menor, Maria Dias, de 18 anos, noiva do então acusado, Eduardo Tertuliano, sendo o documento lavrado em 1904. Na edição dos autos de defloração mencionados, os principais objetivos foram: a preservação da memória através da edição, o estudo do discurso jurídico e a consequente divulgação dos resultados da pesquisa para diversas áreas do conhecimento. Com a pesquisa, constatou-se que o documento jurídico sobre queixa de defloração é uma rica fonte para estudos filológicos e linguísticos. Por isso o maior interesse nesse trabalho será estudar o discurso jurídico contido nos autos de defloração das pessoas em questão, e dos pais como suplicantes. Aqueles, Salustiana Cerqueira e José Dias, respectivamente, recorreram à Justiça para que, por intermédio desta, houvesse a “reparação” da honra das menores. O ato sucedido nos dois autos ocorreu, segundo as consideradas vítimas, por promessa de casamento da parte dos acusados: Santos Gonçalves e Eduardo Tertuliano.

MATERIAIS E MÉTODOS

Documentos jurídicos: auto de defloração da menor Josepha Esmina Ribeiro, datado de 1907, constituído de 19 fólios e auto de defloração da menor Maria Dias dos Santos, de 1903, com 33 fólios, ambos sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC – UEFS). Antes do estudo do discurso, foi realizada a edição semidiplomática, para a qual devem ser observados os seguintes critérios:

- Para a descrição do documento:
 - O número de linhas da mancha escrita;
 - Número de abreviaturas;
 - Tipo de manuscrito;
 - Tipo de papel;
 - Data do manuscrito;
 - Tipo de escrita.
- Na transcrição, devem-se levar em consideração:
 - A escrita da época;
 - A existência de palavras unidas e separadas;
 - O desdobramento das abreviaturas;

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

- Realizar o estudo do discurso.

RESULTADOS

A realização da pesquisa, visando à preservação dos autos de defloração, resultou em leitura, descrição e transcrição dos documentos, edição semidiplomática, leituras seguidas de fichamento, apresentação de trabalho em eventos científicos e análise do discurso jurídico contido nos autos. Com vistas à divulgação dos resultados da pesquisa, houve a participação em eventos científicos e publicação de artigo, a saber: apresentação oral no IV Seminário de Estudos Filológicos, em 2009, com o trabalho “Práticas de curandeirismo em Feira de Santana no início do século XX: edição semidiplomática e estudo do discurso jurídico” e publicação nos anais; apresentação oral no V Seminário de Estudos Filológicos, em 2010, com o trabalho “O defloração como humilhação da mulher: edição e análise do discurso de um documento jurídico do início do século XX”; apresentação de pôster/painel no XIII Seminário de Iniciação Científica, em 2009, com o título “Edição do auto de defloração de Maria Dias: documento jurídico do início do século XX”; publicação de artigo na revista *Scripta Philologica*, n. 5, com o seguinte título “Estudo sobre o discurso jurídico e as práticas de curandeirismo em um processo-crime do início do século XX” e apresentação oral na II Jornada de Produção Científica de Graduação e Pós-graduação do DLA, com o Trabalho “Edição Semidiplomática de um documento jurídico, com ênfase filológica e análise do discurso”.

DISCUSSÃO

Sendo a edição semidiplomática dos documentos jurídicos mencionados de grande relevância para o conhecimento filológico e linguístico, tomou-se aquele instrumento como ponto de partida para efetivar a análise do discurso. Foi possível verificar que havia uma política moralizante no final do século XIX e início do século XX, através do controle sexual da mulher. Esta deveria conter sua libido a fim de obter uma conduta moral perante a sociedade e, para a preservação do caráter feminino era necessário resistir às investidas masculinas até o casamento. E quando ocorria o fato de alguma mulher ser desvirginada e levar o caso à resolução da Justiça, aquela deveria manter um discurso convincente de que era honesta e fora vítima do poder masculino por força ou pela arte da sedução. A mulher depois de seduzida, desvirginada e abandonada pelo homem, passava por grandes constrangimentos ao passar pela perícia médica, a fim de comprovar o rompimento ou não da membrana hímen. O exame de corpo de delito era feito de forma rudimentar e precária, devido à ineficiência da medicina da época em Feira de Santana. No ato da perícia os profissionais da área deveriam responder a tais perguntas, conforme constam no f. 9v: “Houve com efeito o defloração? 2º. Qual o meio empregado? 3º. Houve cópula carnal? 4º. Houve violência para fins libidinosos? 5º. Quais foram essas violências? 6º. Em virtude do meio empregado, ficou a ofendida impossibilitada de resistir e defender-se? 7º. O defloração é recente?”.

A preocupação da Justiça estava centrada apenas na virgindade fisiológica da mulher, ignorando sua virgindade moral, pois a topografia da himenolatria é complexa e pode diferenciar-se de mulher para mulher. Dessa forma, as consideradas vítimas dos documentos em estudo estavam à mercê de uma política moralizante e conseqüentemente discriminante por fazerem parte de um grupo social considerado minoritário ou inferiorizado, o qual deveria submeter-se às formas das autoridades e poder impostos socialmente.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da edição dos autos de defloração de Josepha Esmina Ribeiro e Maria Dias foi possível realizar o estudo do discurso jurídico contido nos documentos, com ênfase em seus aspectos linguísticos e filológicos. Pode-se perceber que o que prevalecia no início do século XX era apenas um discurso dominante de moralização social, através da repressão feminina à autonomia e livre arbítrio social e sexual.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, V. L. C. 2003. *A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana.
- BEZERRA, J. R. M. 1998. *Análise do discurso: uma linguagem do poder judiciário*. Curitiba: HD livros.
- CAULFIELD, S. 2000. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- CHARTIER, R. 2002. O manuscrito na era do texto impresso. In: _____. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, p. 77-100.
- FLEXOR, M. H. O. 1991. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: Editora da UNESP / Arquivo do Estado.
- GADET, F e HAK, T (Org.). 1997. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- ORLANDI, E. P. 2005. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes.
- PINSK, C. B. 2005. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.
- QUEIROZ, R. C. R. 2007. *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX: Livro de notas de escrituras*. Feira de Santana: UEFS.
- QUEIROZ, R. 2006. O Discurso jurídico e o vocabulário persuasivo. Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 23., 2006. *Anais...* João Pessoa: Idéia, 2006. p. 2493-2499.